

ARTIGO

A linguística aplicada e a opção decolonial como bases para um estudo em políticas linguísticas e internacionalização universitária

Applied linguistics and the decolonial option
as bases for a study in language policies
and university internationalization

Alencar Guth^{1,2} 

Adriana Cristina Sambugaro de Mattos Brahim² 

¹Instituto Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

²Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

E-mails: alencar.guth@ifpr.edu.br; adrianabrahim@ufpr.br

RESUMO: A partir do lançamento do Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PrInt/Capes), em 2017, a internacionalização universitária e as políticas linguísticas ganharam um novo capítulo nas pesquisas acadêmicas no Brasil. A fim de se enquadrarem no programa, as universidades passaram a especificar as suas concepções teóricas, epistemológicas e ideológicas em torno dessas práticas que, junto com outros elementos, constituem a comunidade universitária. Nesse cenário, com o objetivo principal de problematizar alguns discursos em políticas linguísticas e internacionalização universitária, realizamos uma pesquisa a partir da triangulação analítica entre alguns pressupostos da linguística aplicada, dos estudos decoloniais e resultados de uma pesquisa sobre o projeto de internacionalização (PrInt) de uma universidade brasileira. Entre os conceitos estudados e algumas considerações construídas estão a possibilidade de diálogo entre a linguística aplicada brasileira e os estudos decoloniais latino-americanos, a ligação entre as práticas de linguagem cotidianas e as políticas e ideologias linguísticas institucionais, além da internacionalização compreensiva e em casa. Além dos resultados alcançados, neste artigo damos ênfase ao percurso da pesquisa, isto é, ao modo como desenvolvemos essa articulação teórico-epistemológica na prática. Mostramos como as escolhas conceituais e de categorias de análise fazem parte das orientações epistemológicas e ideológicas dos pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística aplicada, Políticas linguísticas, Internacionalização.

COMO CITAR

GUTH, Alencar; BRAHIM, Adriana Cristina Sambugaro de Mattos. A linguística aplicada e a opção decolonial como bases para um estudo em políticas linguísticas e internacionalização universitária. *Revista da Anpoll*, v. 55, e1927, 2024. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v55.1927>



ABSTRACT: Since the release of the Coordination of Superior Level Staff Improvement's Institutional Program for Internationalization (PrInt/Capes), in 2017, the university internationalization and the language policies were given a new chapter in academic research in Brazil. In order to adhere to the program, the universities began to specify their theoretical, epistemological and ideological conceptions about these practices that, among other elements, constitute the university community. In this context, with the main objective of discussing some discourses on language policies and university internationalization, we developed a research through an analytical triangulation among some applied linguistics assumptions, the decolonial studies, and some results of a research on the project (PrInt) for a Brazilian university's internationalization. Amongst some of our concepts and considerations are the possibility to articulate the Brazilian applied linguistics with the Latin American decolonial studies, the link between daily language practices and institutional language policies and ideologies, and the comprehensive and "at home" internationalization. Besides our results, in this article we also present the process of researching, in other words, the way we developed the theoretical-epistemological articulation throughout the research practice. Moreover, we present how the conceptual and analytical choices belong to the researchers' epistemological and ideological orientations.

KEYWORDS: Applied Linguistics, Language Policy, Internationalization.

1 Introdução

Entre diálogos no Grupo de Pesquisas em Educação Linguística (GPELIN) e uma orientação de mestrado, surgiram as bases para este artigo. Durante a pesquisa de mestrado, buscamos unir nossos entendimentos sobre a linguística aplicada e os estudos decoloniais a uma ideia de pesquisa sobre um programa de internacionalização e de políticas linguísticas, o Programa Institucional de Internacionalização da Universidade Federal do Paraná (PrInt/UFPR)¹. Neste artigo, pretendemos dar a conhecer alguns resultados da pesquisa de mestrado e demonstrar como articulamos a linguística aplicada e os estudos decoloniais tanto ao nosso objeto de estudo quanto a alguns dos conceitos e análises envolvidos no processo de pesquisa.

Com o objetivo de problematizar alguns discursos sobre políticas linguísticas e de internacionalização do PrInt/UFPR, nos apropriamos de alguns fundamentos epistemológicos e metodológicos de autores que tratam dos campos de desafios epistêmicos do Norte e do Sul Globais (Sousa Santos; Meneses, 2010) e da perspectiva decolonial, a qual pressupõe a crítica aos modelos de produção do conhecimento moderno e euro-usa-cêntrico (Walsh, 2010; Grosfoguel, 2016; Maldonado-Torres, 2007; Quijano, 2010, 1992), com destaque aos trabalhos de Walter D. Mignolo (2020a; 2020b; 2010). Concordando com Ballestrin (2013, p. 89), seguimos pela "opção decolonial" – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva".

Essa opção, em nosso trabalho, vincula-se à linguística aplicada (Moita Lopes, 2006a, 2006b, 2009, 2013; Moita Lopes; Fabrício; 2019; Fabrício; 2006; Celani, 1998; Signorini; 1998; Kleiman, 1998) como campo de estudos transdisciplinares que questionam os seus próprios pressupostos como área de pesquisa, além de se constituir como um espaço de desaprendizagem (Fabrício, 2006). Essa empreitada demandou a adoção de uma concepção de língua

¹ Disponível em: https://www.prppg.ufpr.br/site/print/wp-content/uploads/sites/101/2018/12/projeto_final_print_ufpr_apos_ajuste_orcamentario.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.

como um processo de negociação de intenções e como estratégia para orientar e manipular domínios sociais de interação que ocorrem na fronteira entre sujeitos (Bakhtin, 1981; Bakhtin; Volochínov, 2006). Junto a isso, apresentamos os conceitos de linguajamento (Mignolo, 2020a) e *linguaging* (Shohamy, 2006) para trabalhar com práticas de linguagem e políticas linguísticas.

Foi a partir dessas escolhas que desenvolvemos a pesquisa de mestrado e, agora, pretendemos explicar os caminhos e escolhas para a construção de um estudo em linguística aplicada, dialogando com os pressupostos dos estudos decoloniais, em torno das políticas linguísticas e de internacionalização universitária. Nesse caso, trataremos das políticas linguísticas de forma expandida (Shohamy, 2006) e apresentamos diferentes modos de se pensar a internacionalização (competitiva, compreensiva, em casa).

Dentro desse escopo, este artigo apresenta as três categorias de análise que apresentamos na dissertação, com base na análise do PrInt/UFPR: a primeira analisa o lugar da UFPR e dos sujeitos no PrInt/UFPR; a segunda busca entender as controvérsias do documento, o que indica um embate entre os posicionamentos ideológicos nos discursos em torno das políticas linguísticas e de internacionalização do documento; e a terceira aborda a noção de língua e as práticas desenvolvidas não só no documento como também no dia a dia da internacionalização da universidade.

Explicamos a articulação dessas análises à linguística aplicada e aos estudos decoloniais porque ambos os campos de conhecimento buscam ressignificar o imaginário colonial predatório que opera sobre nós de forma impositiva. Enquanto produtores de conhecimento ainda relutamos para não cair na ilusão de verdade e transparência do conhecimento, pois carregamos essa herança colonial que vem de carona com o que entendemos por modernidade. Com isso, portanto, buscamos unir as duas áreas de estudos para reinventar o modo de ver o mundo, como preconizam as epistemologias do Sul, construindo conhecimento a partir das margens e mestiçagens no próprio local de pesquisa.

A seguir, apresentamos as metodologias de pesquisa do estudo realizado no mestrado e deste artigo, bem como as escolhas conceituais em acordo com os pressupostos da linguística aplicada e dos estudos decoloniais. Por fim, apresentaremos alguns resultados da pesquisa, demonstrando como foram articulados às duas áreas de estudo que sustentaram nosso trabalho.

2 Metodologias

Sempre entrecruzando os pressupostos teóricos e epistemológicos apresentados na seção anterior, a pesquisa de mestrado em torno do PrInt/UFPR partiu de uma pesquisa documental, de caráter qualitativo, cujo método principal foi a análise documental, a qual se valeu do uso de categorias de análise para interpretar o documento (em diálogo com outros documentos). Foi por meio disso, com o suporte da linguística aplicada e dos estudos decoloniais, que a pesquisa foi desenvolvida. A pergunta de pesquisa que nos guiou foi: “como são dados alguns discursos sobre políticas linguísticas e de internacionalização do PrInt/UFPR?”

Para uma pesquisa qualitativa e documental, especialmente sobre um documento longo como o PrInt/UFPR, vimos como pertinente a criação de categorias para análise (MASON, 2020). Assim, pudemos fazer uma leitura do documento por um viés que entenda o sujeito, as contradições discursivas e ideológicas do PrInt/UFPR e as práticas de língua do dia a dia

da internacionalização da UFPR, sem nos limitarmos aos seus aspectos quantitativos. Além disso, os estudos decoloniais nos ajudaram a tomarmos posição desde uma perspectiva crítica aos modelos de internacionalização e políticas linguísticas que privilegiam a hegemonia do Norte Global.

Neste artigo, por sua vez, pretendemos promover análises críticas acerca dos pressupostos epistêmico-metodológicos da pesquisa desenvolvida no mestrado. Aqui, fazemos uma triangulação analítica entre as teorias da linguística aplicada e dos estudos decoloniais, alguns resultados apresentados na dissertação e o nosso objetivo de mostrar *como* foram feitas algumas escolhas tanto na elaboração do PrInt/UFPR quanto no nosso processo da pesquisa, considerando que a pesquisa em linguística aplicada, assim como dos estudos decoloniais, demanda um posicionamento ideológico dos pesquisadores.

3 Teorias e Análises

3.1 *Mise en place*

Em uma primeira leitura do PrInt/UFPR, notamos que nossa pesquisa estaria em contato, principalmente, com discursos sobre língua, políticas linguísticas e internacionalização. Essa delimitação prévia do objeto dialogou com algumas leituras sobre linguística aplicada e estudos decoloniais anteriores à pesquisa e que se aprimoraram durante o processo. Essas noções prévias nos permitiram projetar ações e preparar o terreno para a leitura do PrInt/UFPR, uma espécie de *mise en place* para a pesquisa. Isso porque, a partir de nossas inscrições epistemológicas e teóricas, pudemos eleger com criticidade os textos e conceitos que nos serviram para análise do documento, bem como delimitar categorias de análise coerentes com as nossas opções de leitura.

Primeiramente, localizamos a nossa pesquisa no campo de desafios epistêmicos do Sul, conceito desenvolvido por Sousa Santos e Meneses (2010, p. 19), o qual busca uma revisão e problematização dos danos e impactos causados pelo capitalismo e sua relação colonial com o mundo. O campo oposto, o Norte, busca isolar o outro, as margens, por meio da colonialidade de poder. É no Sul, portanto, que as epistemologias do Sul se desenvolvem. Elas são um movimento de retomada e reinvenção das formas de ver o mundo suprimidas pelo domínio de um modelo epistemológico moderno (do Norte) (Sousa Santos; Meneses, 2010). De acordo com os autores, as epistemologias do Sul são “o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes” (Sousa Santos; Meneses, 2010, p. 20).

Desde o Sul, portanto, buscamos mais conceitos que questionassem a posição do PrInt/UFPR no campo epistemológico Sul/Norte, como os de internacionalização e políticas linguísticas. Nessa empreitada encontramos nos estudos decoloniais uma relação com essa perspectiva posta por Sousa Santos e Meneses (2010), de forma semelhante ao modo como a linguística aplicada brasileira desenvolve os seus estudos em linguagens. Inclusive, um questionamento de Mignolo (2020a, p. 394) nos direciona a uma das propostas da linguística aplicada, isto é, de se constituir como um campo de estudos transdisciplinar: “como podemos pensar além das disciplinas, promover um pensamento ‘transdisciplinar’ [...]?”

A linguística aplicada que nos guiou na pesquisa de mestrado é a linguística aplicada feita no Brasil, que não só visa a estudar fenômenos do mundo contemporâneo, mas que questiona os seus próprios pressupostos como área de estudo. Ela nos obriga a desaprender as próprias práticas de pesquisa, a fim de começarmos a construir conhecimento com o mundo de margens e mestiçagens no próprio local de pesquisa, sem precisar, necessariamente, importar teorias de contextos genéricos para aplicação local. Além disso, defende o esmaecimento das fronteiras de controle disciplinar, para que reconfigurações ocorram livremente, e que os resultados se aceitam como provisórios no campo das reflexões. Em suma, quando as fronteiras disciplinares caem, em cada local de pesquisa se forma uma encruzilhada² por onde passam, organizada-mente ou desordenadamente, os mais variados elementos epistemológicos, metodológicos, subjetivos etc. (Moita Lopes, 2006a, 2006b, 2009, 2013; Moita Lopes; Fabrício; 2019; Fabrício; 2006; Celani, 1998; Signorini; 1998). As políticas linguísticas e de internacionalização da UFPR, nesse sentido, estão localizadas no Sul Global e demandam de pesquisas que se posicionem nesse campo de desafios epistêmicos.

Em Moita Lopes e Fabrício (2019, p. 714) vemos esse alinhamento entre a linguística aplicada e os estudos decoloniais:

Tal imaginação colonial predatória pautou, e ainda pauta, discursos sobre outridades em um mundo que, muitas vezes, se enuncia como pós-colonial. Muito do conhecimento que ainda se produz, quando não passa por inferiorização alteritária, ainda opera com ideais de verdade e transparência do conhecimento, como se escolhas teóricas, analíticas e metodológicas não tivessem um endereço ideológico.

No trecho, os autores explicam aquilo que afirmamos acima sobre as nossas escolhas teóricas serem pautadas nos nossos conhecimentos teórico-epistemológicos e ideológicos. Quanto à pesquisa aqui descrita, não poderíamos nos afastar do objeto do conhecimento, tínhamos que nos aproximar dele enquanto sujeitos de uma comunidade universitária do Sul Global. Essa ideia de afastamento e neutralidade na pesquisa reforça um pensamento da colonialidade que nos molda enquanto sujeitos.

A estrutura da colonialidade teria surgido entre 1492 e 1700, quando as ciências passaram a pensar em si mesmas e, na Europa, subalternizaram a visão orgânica do mundo, isto é, a visão de homem, natureza e conhecimento como inter-relacionados. Assim, o homem e a natureza passaram a ser âmbitos separados, e o conhecimento passou a controlar racionalmente o mundo (Castro-Gómez, 2007). Esse controle se deu também pelo afastamento do cognoscível em relação ao conhecedor, com foco nos recursos de produção capitalista (Quijano, 2010). Desse modo, na Europa, criou-se essa perspectiva, que seria o emblema da modernidade, como a única possível. O nascimento dessa onda epistemológica se deu enquanto a Europa colonizava outros territórios, e é por isso que a modernidade tem um outro lado da moeda (o lado colonial), também conhecido como colonialidade (Mignolo, 2020a; Quijano, 1992, p. 14).

² Na pesquisa de mestrado, localizamos metaforicamente o PrInt/UFPR em uma encruzilhada, justamente porque ele passa (e por ele passam) diversos discursos sobre internacionalização e línguas. O título da dissertação é *O PrInt/UFPR em uma encruzilhada de discursos em políticas linguísticas, internacionalização e decolonialidade*.

De forma mais específica, Castro-Gómez (2007) e Maldonado-Torres (2007) apresentam uma estrutura triangular da colonialidade (do *ser*, do *poder* e do *saber*), paradigma epistêmico que ainda é hegemônico, especialmente em nossas universidades. Para os autores, a colonialidade do *poder* se refere às formas modernas de exploração e dominação, a colonialidade do *saber* tem relação com as epistemologias e as formas de produção de conhecimento na reprodução do pensamento colonial, enquanto a colonialidade do *ser* tem a ver com as experiências vividas com a colonização e seu impacto na linguagem. Nesse sentido, veremos como as categorias de análise da nossa pesquisa buscam interpretar a colonialidade no PrInt/UFPR. Essa colonialidade interfere não só nas práticas e políticas linguísticas e na internacionalização das instituições, mas em todo o ensino superior.

Hoje, inclusive, há um movimento que busca a decolonização do ensino superior como um todo. Enslin e Hedge (2023) reúnem especialistas em ensino superior para sustentar essa necessidade. Ilustrando o movimento da colonização desse setor, Altbach (2007 *apud* Enslin; Hedge, 2023) mostra que os modelos de universidades europeias (assim como de escolas, editoras, outras formas de produção de conhecimento e de práticas econômicas, sociais, políticas, culturais etc.) foram impostos nas colônias e adotados até mesmo em nações independentes no mundo não ocidental. Isso é o que Alatas (2003 *apud* Enslin; Hedge, 2023) chama de imperialismo acadêmico. É por esse movimento de imposição que sempre se incentivou a modernidade, e pelo qual a colonialidade se manifesta.

No entanto, atualmente, a colonialidade também foi atualizada, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e o processo de descolonização (ao menos no papel) de muitas colônias europeias. Com o deslocamento do poder centrado na Europa para outros mercados, especialmente os Estados Unidos, as dinâmicas capitalistas neoliberais passaram a renovar a colonialidade e o imperialismo (Enslin; Hedge, 2023). Atualmente, o capital e o mercado neoliberal determinam as formas de produção do conhecimento. As universidades passaram a materializar essa disparidade provocada pela colonialidade e pela ideologia neoliberal na má distribuição de recursos, na formação de mão-de-obra menos qualificada e mais barata para o serviço aos países hegemônicos (Carnoy, 1975 *apud* Enslin; Hedge, 2023), no desprezo dos conhecimentos indígenas e sua inferiorização em relação aos conhecimentos da metrópole, a fim de evidenciar-se as conquistas do poder colonial materializadas na literatura, na filosofia e na ciência (Viswanathan, 1987), bem como no controle das representações raciais, culturais e sociais etc. para criar a interdependência entre as universidades (Loomba, 1998 *apud* Enslin; Hedge, 2023), o que, claramente, mantém o poder nas mãos das universidades mais ricas do Norte Global.

Um exemplo desse movimento está em um dos instrumentos da internacionalização competitiva: universidades de países hegemônicos, do Norte Global, em sendo mais prósperas que as universidades mais jovens do Sul Global, reforçam seu poder por meio de *rankings* globais de qualidade (Enslin; Hedge, 2023), os quais, no fim das contas, são determinados por seus próprios moldes. A busca pela decolonização do ensino superior, nesse sentido, cria uma tensão ao entrar em contato com a lógica capitalista neoliberal que sustenta essa competitividade injusta. Enfrentar esse imperativo é colocar uma “lente de colonialidade” nas leituras em torno das universidades, identificando as desigualdades nesses *rankings* e retornando ao entendimento de que as universidades e os países estão localizadas geopoliticamente em

contextos díspares, formando uma arena de disputas desigual (Shahjahan, Morgan, 2016 *apud* Enslin; Hedge, 2023).

É nessa arena que se manifesta a relação de indissociabilidade entre colonialidade/modernidade e se localizam a diferença colonial e a luta decolonial; é onde ocorrem os pensamentos de fronteira e a possibilidade de ampliação de paradigmas. Para Mignolo, o pensamento de fronteira é “visto como um outro modo de pensar que vai de encontro às grandes narrativas modernas (cristianismo, liberalismo e marxismo); ele situa a sua própria investigação nos limites dos sistemas de pensamento e caminha para a possibilidade de modos de pensamento não eurocêtricos”³ (Mignolo, 2010, p. 34). Esse pensamento de fronteira também se encontra no campo epistêmico do Sul, que visa a revisar os modos de saber/conhecer impostos pelo Norte, as narrativas modernas, e busca retomar o que foi suprimido pela modernidade/colonialidade.

Considerando as abordagens desses dois campos de estudo, desenvolvemos uma pesquisa documental com foco na análise documental qualitativa (e decolonial) do PrInt/UFPR, visto que ele serve de materialidade de alguns discursos institucionais da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em relação ao seu processo de internacionalização. Além disso, foram praticados diálogos com outros documentos, como o PrInt/Capes⁴, o Edital 29/2017⁵ do MEC e o PII/UFPR⁶.

A pergunta de pesquisa (“*como* são dados alguns discursos sobre políticas linguísticas e de internacionalização do PrInt/UFPR?”) nos ajudou a entender “como” são construídos e não “qual” é ou “quais” são os discursos, evitando a busca por resultados prontos e tentando problematizar algumas maneiras possíveis de se entender a internacionalização da universidade, a partir das nossas leituras locais e ideologicamente interpeladas. Essa pergunta se alinhou ao objetivo geral da pesquisa, isto é, de problematizar (e não apenas encontrar/localizar) alguns discursos sobre políticas linguísticas e de internacionalização do PrInt/UFPR a partir de uma perspectiva decolonial de leitura e pensamento.

Como o PrInt/UFPR é um documento relativamente longo, optamos por delimitar algumas categorias de análise a partir do que expomos sobre a estrutura da colonialidade e a fim de lermos o documento por um viés decolonial. Apenas a título de conhecimento metodológico, as categorias de análise são pertinentes porque o pesquisador ou a pesquisadora pode não querer/poder fazer uma descrição detalhada dos dados e, ainda, pode entender que algumas características do material escolhido não são relevantes para a sua pesquisa. Além disso, a escolha de categorias não é apenas uma etapa analiticamente neutra, como preconiza a pesquisa linguística aplicada, ela não opera com ideais de verdade e transparência do conhecimento. Pelo contrário, a delimitação de categorias de análise vai ao encontro da nossa

³ No original: “*the MC program should be seen as an other way of thinking that runs counter to the great modernist narratives (Christianity, liberalism, and Marxism); it locates its own inquiry in the very borders of systems of thought and reaches towards the possibility of non-eurocentric modes of thinking.*” (Mignolo, 2010, p. 34).

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017edital412017internacionalizacaoprint2.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁵ Disponível em: http://isf.mec.gov.br/images/2017/edital_29_2017.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁶ Disponível em: http://www.prppg.ufpr.br/site/wp-content/uploads/2018/04/plano_institucional_de_internacionalizacao_ufpr.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.

inscrição teórica, isto é, podemos alinhar as categorias aos pressupostos da linguística aplicada e dos estudos decoloniais.

A partir do exposto, foi necessário dialogar com teorias e conceitos que acompanhassem os estudos em linguística aplicada e estudos decoloniais ou, então, criticar/adaptar noções que não estivessem de acordo com os pensamentos de fronteira. Para a leitura do Print/UFPR, nesse sentido, foi necessário demonstrar os nossos entendimentos sobre o que seriam as políticas linguísticas e a internacionalização no nosso local de pesquisa, de forma a criticar entendimentos estruturalistas e voltados ao Norte Global. Em suma, nossas escolhas teóricas e metodológicas já apontam a nossa inscrição na linguística aplicada e nos estudos decoloniais.

3.2 Conceitos em diálogo

Os principais conceitos com os quais precisamos dialogar na análise do PrInt/UFPR foram os de internacionalização, políticas linguísticas e, é claro, língua/linguagem. Algumas leituras prévias nos apontavam para alguns autores e algumas noções sobre os temas, porém, como visto na seção anterior, precisávamos fazer escolhas coerentes com a linguística aplicada e com os estudos decoloniais. Desse modo, optamos por teorias que ampliassem o seu campo de estudo e que aceitassem a subjetividade e as práticas locais como parte da teoria.

Para tratarmos das políticas linguísticas no trabalho, nos baseamos, principalmente, na noção de política linguística expandida de Shohamy (2006), sem deixar de mostrar o percurso histórico da área. Parece-nos importante destacar como a área evoluiu porque isso nos mostra a materialização das suas pesquisas e como a teoria mais recente se destaca das suas antecessoras. Nesse sentido, a teoria de Shohamy (2006) ultrapassa os aspectos formais de classificação de política/planejamento linguístico (Calvet, 2007) e não considera as práticas linguísticas como problemas a serem resolvidos, como ocorria nas colônias que buscavam a independência de seus colonizadores nos anos 50 e 60 (Ribeiro da Silva, 2013).

Atualmente, de acordo com Shohamy (2006), ainda existem muitas batalhas quando o assunto é política linguística, visto que as línguas não deixaram de ser usadas como instrumentos de manipulação. A autora, no entanto, não chegou as suas ponderações sozinha, ela dialoga com Spolsky (2004) e Schiffman (1996), autores que adicionam aos estudos em políticas linguísticas as práticas linguísticas, as crenças e as ideologias dos sujeitos.

Segundo a autora, “a política linguística cai no meio dessas manipulações e batalhas entre ideologias e práticas linguísticas” (Shohamy, 2006, p. xv). Entre essas ideologias e práticas estaria o que a pesquisadora chama de mecanismos (implícitos ou explícitos), os quais são usados por quem detém mais poder para afetar as políticas linguísticas (práticas) do dia a dia (Shohamy, 2006). Nessa esteira, Shohamy (2006) afirma que, para entender uma política linguística, é preciso analisar as práticas linguísticas que seriam afetadas por esses mecanismos e, é claro, pelas ideologias que os interpelariam. Ou seja, os mecanismos seriam “ferramentas de políticas linguísticas” (Shohamy, 2006, p. xv).

Shohamy (2006) ainda afirma que as consequências desses mecanismos podem violar processos democráticos e direitos individuais. Dessa forma, seria na existência desses mecanismos que se “escondem” agendas desconhecidas ao público (Shohamy, 2006). Por isso, é preciso que os sujeitos conheçam esse processo para resistirem às agendas dos mecanismos dos quais também fazem parte. Isso porque esses mecanismos não são neutros, são ideológicos

e são constituídos pela colonialidade. Assim, “[...] é também através desses mecanismos que a prática pode afetar a ideologia e que diferentes políticas linguísticas podem ser resistidas, visto que a prática também influencia a ideologia” (Shohamy, 2006, p. 57).

Junto a esse posicionamento mais crítico sobre as políticas linguísticas, Shohamy (2006) apresenta uma concepção de língua/linguagem que não é estática e abstrata. Para a autora, todas as línguas e culturas sempre estão em processos de criar e recriar sentidos. A fim de romper com as fronteiras de uma unidade de língua, trabalha com o conceito de *linguaging*, que significa criar sentidos a partir da linguagem, indo além daquilo que se conhece por uma língua (inglês, hebreu, português etc.) e que ocorre por mais meios de expressão, como comidas, moda, arquitetura e outros (Shohamy, 2006, p. 21).

Esse conceito, para a pesquisadora, supera o que a língua representou junto ao conceito de Estado-nação desenvolvido na Europa, o qual prezava por uma unidade política e uma forma de controlar as colônias. Esse movimento parte da ideologia positivista que penetrou o modo de se fazer ciência e que chegou até nós por conta da modernidade/colonialidade. A língua era uma ferramenta de manipulação de pessoas e de seus comportamentos (embebida da colonialidade do poder, do saber e do ser) (Quijano, 2010; 1992; Maldonado-Torres, 2007), bem como uma forma de solução dos “problemas” da heterogeneidade linguística e cultural dos povos das margens. Nesse sentido, a linguística aplicada e a própria área de estudos de políticas linguísticas caminham juntas ao buscarem evitar a classificação da língua apenas como um fato que acarreta problemas/soluções.

A esse respeito, Mignolo (2020a, p. 312) apresenta um conceito que se aproxima do *linguaging* de Shohamy (2006). O autor o chama de linguajamento, que seria o “ato de pensar e escrever entre as línguas [...], afastando-nos da ideia de que a língua é um fato (isto é, um sistema de regras sintáticas, semânticas e fonéticas), em direção à ideia de que a fala e a escrita são estratégias para orientar e manipular os domínios sociais de interação”. Assim, segundo Mignolo (2020a), pensar línguas a partir da ideia de linguajamento é condição do pensamento de fronteira que nasce a partir da diferença colonial.

Considerando essas concepções de língua mais abertas ao pensamento de fronteira e menos presas à teoria de língua baseada na ordem positivista, a qual vincula a língua a um sistema vigente em um determinado Estado-nação (do Norte Global, como a colonialidade denuncia), a linguística aplicada consegue trabalhar com contextos mais diversificados de pesquisa (um projeto de internacionalização, por exemplo) e permite a colaboração dos pressupostos dos estudos decoloniais, os quais procuram, justamente, romper com conceitos reducionistas de línguas e processos de fronteira (e internacionalização).

É a partir dessas teorias, as quais dão atenção às práticas linguísticas e não somente às decisões políticas, que consideramos o PrInt/UFPR um mecanismo de política linguística e de internacionalização, visto que o documento visa a regular algumas práticas linguísticas interpelado pela ideologia positivista e pela colonialidade que constituem o PrInt/Capes (que também seria um mecanismo, para Shohamy). Verificamos, nesse sentido, que o PrInt/UFPR carrega, a partir de discursos da Capes e da UFPR, algumas ideologias do Estado e a estrutura triangular da colonialidade. Elas constituem também as práticas realizadas com base nos editais, como intercâmbios, aulas de línguas, publicações em revistas do exterior, diálogos

entre estrangeiros e brasileiros na universidade, entre muitas outras, compõem as políticas linguísticas e de internacionalização do dia a dia.

Quanto à internacionalização, também procuramos expandir o conceito. Alguns pesquisadores brasileiros tratam do quão recente é a internacionalização planejada nas universidades brasileiras (Guimarães; Finardi; Casotti, 2019), enquanto, na contramão, pesquisadores de países hegemônicos questionam a pertinência da internacionalização atualmente (Brandenburg; De Wit, 2011). De fato, lá fora, a internacionalização já teve seus tempos de glória nos anos 1980, tornando-se um “grande negócio de recrutamento” das universidades (Brandenburg; De Wit, 2011; Garson, 2016 *apud* Guimarães; Finardi; Casotti, 2019).

No entanto, em um país como o Brasil, o “grande negócio” acaba não beneficiando as universidades, nem mesmo as privadas (Finardi; Ortiz Rojo, 2015), e ainda são poucos os que podem usufruir desse fenômeno (Guimarães; Finardi; Casotti, 2019). Essa diferença em relação aos países do Norte Global ocorre porque, no Brasil, o que tardou foi a institucionalização das ações de internacionalização de forma explícita. Segundo Knobel *et al.* (2020, p. 674), aqui, a internacionalização “se iniciou de forma induzida, com forte presença estatal, e esteve historicamente subordinado às prioridades e aos interesses desenvolvimentistas do Governo Federal”. Além disso, as iniciativas já nasceram poluídas pela colonialidade, com foco nos países do Norte Global – assim como as políticas linguísticas.

Dessa forma, programas estatais como o PrInt/Capes e o PrInt/UFPR tenderiam a beneficiar apenas uma pequena elite de estudantes do Sul Global e patrocinaria grandes universidades do Norte – que dependem de outros países para financiar suas mensalidades e manter sua reputação de internacionalização (Altbach; De Wit, 2020; Garson, 2016 *apud* Guimarães; Finardi; Casotti, 2019). Alternativas a isso, pensando de uma maneira que rompa com essa relação tradicional de internacionalização Sul-Norte, seriam mais cooperações (e não competições⁷) Sul-Sul e atividades de internacionalização dentro da própria instituição, as quais beneficiariam mais estudantes que não poderiam migrar para outros países, especialmente os do Norte. Pensando nessas opções, dois conceitos nos pareceram mais pertinentes ao contexto de estudo: a internacionalização compreensiva e a internacionalização em casa.

Segundo Hudzik (2011),

Internacionalização compreensiva é um compromisso, confirmado por meio da ação, de inserir perspectivas internacionais e comparativas por meio do ensino, pesquisa e missões de serviço no ensino superior. Isso define valores e ethos institucionais e atinge toda a empresa de educação superior. É essencial que isso seja acolhido pelas autoridades institucionais, administração, professores, estudantes e todos os serviços acadêmicos e unidades de apoio. É um imperativo institucional, e não

⁷ Finardi e Guimarães (2017) mostram como a internacionalização é, muitas vezes, competitiva, em vez de ser colaborativa. Os *rankings* são os principais indicadores das desigualdades, posicionando as universidades do Sul, geralmente, nas posições mais baixas. Inclusive, tentando evoluir nessa lógica, um dos objetivos do PrInt/UFPR é melhorar as posições da UFPR nos rankings de avaliação. Esse tipo de posicionamento também está embebido de colonialidade, reproduzindo a lógica neoliberal de transformar o conhecimento e a educação em mercadoria, em produto com valor de mercado.

apenas uma possibilidade desejada. Internacionalização compreensiva não impacta apenas toda a vida no campus, mas também os marcos de referência externos, as parcerias e relações da instituição.⁸ (Hudzik, 2011, p. 6).

Esse conceito preza por um *ethos* internacional dentro e no entorno da universidade. Isso significa que a internacionalização vai além de uma boa posição em *rankings*, publicações, citações em trabalhos em inglês ou números de professores visitantes e intercambistas nas universidades, como seria uma internacionalização competitiva (Finardi; Guimarães, 2017), pautada na ideologia neoliberal. Como veremos em uma das análises, sobre o ensino de português para comunidades de refugiados na cidade, perceber os fenômenos do entorno universitário promove a internacionalização da universidade, pensando no internacional dentro do local.

Nesse sentido, podemos apresentar outro conceito que dialoga com a internacionalização compreensiva e com a linguística aplicada: a internacionalização em casa. Segundo Beelen e Jones (2015, n.p.), “Internacionalização em Casa é a integração intencional de dimensões culturais e interculturais nos currículos formais e informais para todos(as) os(as) estudantes no interior de ambientes domésticos de aprendizagem”⁹. Por compreender as dimensões culturais e interculturais, esse modo de pensar localiza a internacionalização no espaço epistemológico do qual pertence e, assim, contribui para o *ethos* internacional de que tratava Hudzik (2011).

Nessa esteira, para finalizar o recorte teórico do artigo, a questão dos currículos formais e informais da afirmação de Beelen e Jones (2015) nos suscitou uma pergunta para problematização, na pesquisa de mestrado (Guth, 2020, p. 58), inspirada nos estudos decoloniais:

visto que uma internacionalização compreensiva em casa visa, entre outras coisas, à reforma dos currículos, não seria essa uma oportunidade para se problematizar as fronteiras, recuperar as Epistemologias do Sul e repensar a herança colonial que os currículos e a internacionalização das universidades ainda reforçam?

Em suma, vimos como as políticas linguísticas e de internacionalização precisam considerar as práticas locais, a universidade e o seu entorno, sem reproduzir o que são e como são desenvolvidas em outros países e em outros contextos socio-históricos, pois estariam, por pressão neoliberal, reproduzindo a colonialidade que ainda forma nossos contextos universitários. Em uma universidade de um país marcado pela colonização/colonialidade, a revisão do que se considera língua e sujeitos das práticas de língua e de internacionalização precisa

⁸ No original: “*Comprehensive internationalization is a commitment, confirmed through action, to infuse international and comparative perspectives throughout the teaching, research, and service missions of higher education. It shapes institutional ethos and values and touches the entire higher education enterprise. It is essential that it be embraced by institutional leadership, governance, faculty, students, and all academic service and support units. It is an institutional imperative, not just a desirable possibility. Comprehensive internationalization not only impacts all of campus life but the institution’s external frames of reference, partnerships, and relations.*” (Hudzik, 2011, p. 6).

⁹ No original: “*Internationalization at Home is the purposeful integration of international and intercultural dimensions into the formal and informal curriculum for all students within domestic learning environments.*” (Beelen; Jones, 2015, n.p.),

ser vista de uma forma “expandida”, “compreensiva”, “colaborativa” e “em casa”, como postulam os teóricos em que nos apoiamos.

3.3 Alguns resultados

Nesta seção apresentamos alguns resultados da análise da pesquisa de mestrado, mostrando como a nossa leitura se associa à linguística aplicada, aos estudos decoloniais e aos conceitos selecionados para análise.

Como exposto anteriormente, delimitamos três categorias de análise de acordo com os nossos objetivos e a nossa pergunta de pesquisa. A primeira categoria de análise é “A UFPR como espaço de fronteira e os sujeitos do PrInt/UFPR”, a qual insere o sujeito nos estudos da linguagem, pressuposto típico da linguística aplicada, visto que ela não estuda a linguagem apenas como sistema, mas como práticas constituídas por sujeitos (e que os constituem ao mesmo tempo). Essa categoria se alinhou ao objetivo de “inter-relacionar alguns apontamentos teóricos e outros discursos em torno das concepções de língua, das políticas linguísticas, da internacionalização do ensino superior e seus sujeitos, bem como dos estudos decoloniais” (Guth, 2020, p. 74). A segunda categoria, “As controvérsias da internacionalização no PrInt/UFPR”, trabalha as limitações e controvérsias do PrInt/UFPR, muito por conta do PrInt/Capes e de uma aparente demonstração de resistência da universidade às exigências da Capes. A categoria foi pensada a partir do objetivo de

relacionar alguns discursos em torno de algumas políticas linguísticas e de internacionalização materializados no PrInt/UFPR (e outros documentos) às práticas de internacionalização das universidades, especialmente da UFPR, e aos entendimentos criados a partir da inter-relação entre teorias de diversos campos (in)disciplinares. (Guth, 2020, p. 74).

A terceira categoria, “Língua e políticas linguísticas no PrInt/UFPR”, entende a língua de forma expandida, nas práticas, analisando algumas políticas apresentadas pelo programa e criticando o modo de pensar o que a língua representa para a internacionalização da universidade. Foi inspirada no objetivo de pesquisa de

construir alguns entendimentos em torno da análise das políticas linguísticas e de internacionalização que constam no PrInt/UFPR junto ao diálogo com pesquisas de outros(as) pesquisadores(as) em torno de práticas linguísticas e de internacionalização da UFPR, considerando seus sujeitos. (Guth, 2020, p. 74-75).

Na primeira categoria de análise, buscamos situar a universidade como local de enunciação enquanto instituição promotora do PrInt/UFPR, bem como estudar quem são os sujeitos envolvidos nesse processo. Essas escolhas dialogam com a nossa reflexão sobre a necessidade de um trabalho e de políticas que considerem as epistemologias do Sul (e seus locais e sujeitos), visto que também nos localizávamos em um lugar que se constituía pela relação modernidade/colonialidade – não somente a cidade (Curitiba/PR) e o país (Brasil), mas a universidade como lugar discursivo.

Em nossa pesquisa, percebemos como a UFPR destaca suas próprias credenciais de instituição centenária, seus diversos acordos e sua qualidade reconhecida, com destaque especial

aos logros que evidenciam o seu envolvimento com o Norte Global. A instituição mostra que faz internacionalização nos moldes da internacionalização competitiva, dentro dos padrões neoliberais de entendimento do conhecimento. Porém, considerando o PrInt/UFPR como mecanismo de política linguística, e que os mecanismos seriam pontes entre as ideologias que viriam de órgãos superiores e as práticas cotidianas (Shohamy, 2006), ressaltamos que as universidades participantes precisavam se enquadrar nas agendas implícitas e explícitas impostas pela Capes para classificação das instituições na seleção do PrInt/Capes. Dessa forma, a análise sobre quem são os sujeitos do PrInt/UFPR é atravessada pelas demandas impostas pelo PrInt/Capes. Portanto, essa agenda neoliberal a favor da internacionalização não necessariamente vem da UFPR, mas é uma demanda da Capes dentro desse mercado.

Quanto aos sujeitos diretamente envolvidos na internacionalização, três pontos chamaram a nossa atenção. Primeiramente, o documento deveria ser formulado por um grupo gestor da universidade. Neste grupo, no entanto, não houve representantes discentes ou de servidores técnico-administrativos, havendo grande disparidade entre pesquisadores homens (a maioria) e mulheres. Além disso, entre os pesquisadores estrangeiros que colaboraram com o projeto, todos trabalham em universidades do Norte Global.

Nesse sentido, o fato de a Capes, para elaborar o seu projeto de internacionalização, ter buscado consultorias em países estrangeiros (Knobel *et al.*, 2020) nos sugere que as consultas aos pesquisadores do Norte, por parte da UFPR, só corroboram a ideia de que as ideologias manifestadas pelos órgãos superiores, marcadas pela modernidade/colonialidade, afetam a prática. A falta de consulta aos discentes e técnicos, por sua vez, denuncia que a internacionalização foi pensada por poucos e para poucos, herança da ação moderna/colonial que formou as universidades modernas. Por fim, sobre o fato de haver poucas mulheres no grupo gestor e pela exclusividade de pesquisadores estrangeiros do Norte Global, nos aproximamos do que apontou Grosfoguel (2016) sobre o racismo/sexismo institucional.

Segundo o autor porto-riquenho, as estruturas epistêmicas contemporâneas têm base no pensamento de homens ocidentais de apenas cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália). Nesse sentido, o autor questiona: “Como foi possível que os homens desses cinco países alcançaram tal privilégio epistêmico ao ponto de que hoje em dia se considere o seu conhecimento superior ao do resto do mundo?” (Grosfoguel, 2016, p. 25). Para ele, esse privilégio

sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo [...], [e] tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo.

É por isso, também, que dissemos que essa internacionalização foi feita por poucos e para poucos, visto que quem poderia usufruir das ações do programa seriam estudantes, professores e técnicos vinculados à pós-graduação da universidade, os únicos que receberiam alguma bolsa de estudos/pesquisa/capacitação. Esse tipo de distribuição parece não considerar outros sujeitos da universidade que, muitas vezes, não podem arcar com intercâmbios, com educação linguística em outras línguas ou com o contato com pesquisadores(as) de outros

locais (Guimarães; Finardi; Casotti, 2019; De Wit, 2018). Esse aspecto também demanda o movimento de decolonização do ensino superior (Enslin; Hedge, 2023) que apresentamos anteriormente.

Voltando à questão dos sujeitos do documento, ainda que alguns deles pudessem ficar de fora dos objetivos do programa, entendemos que o programa também propõe ações de internacionalização em casa para atender a quem ficaria à margem. Assim, desde o nosso ponto de vista, não haveria como dissociar a internacionalização praticada em casa de todo o *ethos* universitário, como afirma Hudzik (2011). Essa constatação também dialoga com os resultados encontrados na nossa segunda categoria de análise.

Na categoria que trata das controvérsias da internacionalização, problematizamos a questão de o PrInt/UFPR ter sido escrito a várias mãos (ou poucas, dependendo do ponto de vista) de dentro da universidade, mas a partir de exigências superiores que tiveram consultoria de profissionais de dentro e de fora do país. Além disso, pelo fato de considerarmos a internacionalização como permeável, isto é, que não pode ser isolada apenas na pós-graduação, analisamos algumas práticas de internacionalização apontadas no documento, as quais ajudam a compreender que o que está no papel pode ser mais bem entendido através das ações executadas.

Em primeiro lugar, o documento focava em ampliar a internacionalização que a universidade já possuía, porém, não necessariamente com o objetivo de repensá-la. Além disso, os países escolhidos para mobilidade física de estudantes e professores (o que também reflete na escolha dos integrantes estrangeiros do grupo gestor) já eram limitados em 70% pela Capes, o que não permitiria muita escolha por parte das universidades. Entre esses países, como é de se esperar, a grande maioria é do Norte Global. Como crítica a essas determinações geográficas unidirecionais, na dissertação colocamos a universidade como

um espaço de fronteira, especialmente em um contexto de internacionalização, porque, nela, campos epistemológicos distintos entram em confronto. Entre outros locais, é ali em que ocorre o encontro entre o conhecimento colonial/moderno, que vem influenciando o nosso modo de pensar desde o colonialismo, e o conhecimento local, mestiço. (Guth, 2020, p. 83).

Por isso, a ampliação não deveria apenas aumentar as ações de internacionalização quantitativamente, mas repensá-las, além de buscar outros meios de se construir conhecimento, levando em conta as epistemologias do Sul.

Ainda nesse contexto, a fim de demonstrar como a UFPR se formou por meio de uma mistura de culturas, o documento apresenta que

[d]esde sua fundação a UFPR registra aspectos da internacionalização na produção do conhecimento. A história da cidade e da região é fortemente marcada pela imbricação de etnias e culturas diferenciadas, com participação expressiva de imigrantes da Europa centro-oriental (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, russos e franceses, sem deixar de citar portugueses e espanhóis). Essas diversas etnias compuseram o contingente pessoal da universidade (estudantes, servidores técnico-administrativos e professores) ao longo de sua construção e, por meio de diversas ações, foram instituídos parcerias e intercâmbios variados com as nações de suas origens étnicas. (UFPR, 2018, p. 12).

Entre as etnias citadas, mais uma vez se destacam povos oriundos do Norte Global. No papel, migrantes do oriente médio, africanos, caribenhos, sul-americanos, além dos povos nativos no Brasil não figuram entre os sujeitos da universidade. Contudo, como um dos objetivos da pesquisa era de pesquisar a prática, mostramos uma controvérsia da internacionalização construída no dia a dia: povos do Sul Global promovem a internacionalização da universidade por se fazerem presentes nesse espaço de discurso.

Especialmente a partir de 2013, houve um intenso fluxo de migrantes refugiados e portadores de vistos humanitários (e.g. haitianos, sírios e venezuelanos) no Câmpus de Curitiba/PR, graças ao Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB). Esse programa põe em prática ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), vinculada ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Como projeto interdisciplinar, entre outras atividades, abarca o Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH), que atua no ensino do português brasileiro para esses migrantes, “em busca de explorar os limites do institucional para reconstruí-lo, na presença, e com esse outro.” (Gediel, Casagrande, Kramer, 2016, p. 23-24). Esses programas, no entanto, fizeram-se necessários justamente porque houve demanda no cotidiano, o que vai além de uma política de internacionalização previamente planejada. Isso mostra como o desafio da internacionalização precisa, às vezes, ultrapassar os limites que se dão nos documentos oficiais. A citação dos professores retoma um dos preceitos das epistemologias do Sul, isto é, a retomada e a reinvenção das formas de ver o mundo apagadas pelas epistemologias do Norte Global (Sousa Santos; Meneses, 2010). Essa ideia também coloca o português (e não apenas as línguas hegemônicas) em relação com as línguas dos sujeitos migrantes, em uma espécie de diálogo intercultural das línguas na internacionalização.

A necessidade de um programa como o PBMIH, por exemplo, “brota” a partir de situações que provocam deslocamentos forçados, mais ou menos como o que disse Rajagopalan (2013) sobre a política linguística: “Em muitos casos ela é bem pensada e planejada, e às vezes também bem executada; mas há casos também em que ela ‘brota’ no seio da sociedade como que de forma ‘espontânea’ e desenvolve de maneira um tanto ‘caótica’ ou no mínimo desordenada” (Rajagopalan, 2013, p. 33). Isso prova que, na pesquisa, levados pela linguística aplicada e pelos estudos decoloniais, precisamos ir além do documento e vislumbrar a política na prática. Lembrando a segunda categoria de análise, a internacionalização se torna controversa por isso, por visar ao Norte e se deparar com o Sul invadindo os limites universitários.

Na terceira categoria, sobre políticas linguísticas, também analisamos algumas práticas, conforme recomendam Shohamy (2006), Spolsky (2004) e Schiffman (1996), para não descansarmos na conclusão, pautada em uma leitura inicial do documento, de que o PrInt/UFPR privilegia a língua inglesa e o acesso a bolsas em universidades do Norte Global. Como já dissemos, essas escolhas não dependeram somente do grupo gestor da universidade, visto que a Capes já delimitou alguns parâmetros para as candidaturas dos projetos. Neste artigo, vamos apresentar apenas brevemente algumas análises em torno de práticas de ensino de língua na universidade.

Primeiramente, quanto ao inglês, examinamos uma pesquisa de professores da UFPR sobre o ensino da língua como meio de instrução, em que os pesquisadores se inserem como sujeitos no contexto das epistemologias do Sul (cf. Martinez, Fogaça, Diniz de Figueiredo,

2019), sem se entregarem ao ensino da língua como instrumento que garanta a participação dos sujeitos na internacionalização. Na pesquisa, relacionamos a isso a problematização de Canagarajah (2007) sobre o ensino de língua crítica de inglês como língua franca (ILF) em um contexto de internacionalização. Entender o inglês como língua franca é desmontar a noção de pertencimento da língua a um país ou a sujeitos nativos em países anglófonos, que teriam o direito a imposições sobre a língua a partir de um movimento imperialista.

Além disso, mostramos que os professores da universidade, de certa forma, possuem mais poder na prática do que nos documentos oficiais. A materialidade analisada nesse caso foi uma pesquisa que tratou de aulas de inglês como meio de instrução, concepção de língua bastante mencionada no PrInt/UFPR. Nesse caso, a prática da professora superou as aulas tradicionais de ensino de inglês, elas foram entendidas naquele contexto como lócus de discussão (JORDÃO, 2016). Constatamos que problematizar o inglês como meio de instrução, assim como o fez a docente da pesquisa citada, “é permitir as ações de internacionalização que o PrInt/UFPR projeta, mas é realizá-las (e realizar outras) de uma maneira mais informada, ciente da posição da UFPR e dos sujeitos no ensino superior, que ainda é regido pela estrutura triangular da colonialidade (poder, saber e ser)” (Guth, 2020, p. 97).

Em um segundo momento, sobre o português, ressaltamos a relevância da língua para a internacionalização em casa, relembando o projeto de acolhimento de refugiados do PMUB, com foco no PBMIH, iniciativa que oferece aulas de português para migrantes refugiados e portadores de visto humanitário na região metropolitana de Curitiba/PR. Também revisamos a pesquisa de Rodrigues (2019), que analisou as questões identitárias de cinco migrantes refugiados que cursavam as aulas de português para fins acadêmicos e mostrou que ainda há embargos sociais, econômicos e linguísticos para o (re)ingresso adequado desses sujeitos na universidade.

Esses exemplos de pesquisas com vieses críticos na área de ensino/aprendizagem de línguas mostram que os conceitos de *linguaging* (Shohamy, 2006) e linguajamento (Mignolo, 2020a), que contestam a noção de língua enquanto unidade, podem ocorrer e ocorrem na prática. Estudantes, professores e pesquisadores não só ensinam/aprendem uma língua porque ela foi colocada para ser aprendida/ensinada, mas pesquisam e criam sentidos sobre o papel dela e de si mesmos como sujeitos envolvidos nas práticas linguísticas. São reflexões geradas a partir de um posicionamento decolonial, de fronteira.

De modo geral, buscamos entender as políticas postas no documento como discursos interpelados por ideologias oriundas de instâncias superiores. Ainda que a UFPR tenha se adaptado a esses discursos para ser contemplada com o investimento da Capes, também encontramos práticas de resistência. Nossas análises, práticas e pesquisas mostram o poder que os agentes (que podem não ter feito parte do grupo gestor) têm ao considerarem perspectivas do Sul e promoverem o pensamento de fronteira nas atividades cotidianas.

4 Considerações finais

Neste artigo apresentamos as relações epistemológicas e metodológicas entre a linguística aplicada, os estudos decoloniais e uma pesquisa de mestrado em políticas linguísticas e internacionalização em um contexto universitário. Além disso, apresentamos alguns resultados

da pesquisa, explicitando *como* se deram alguns diálogos entre teorias e práticas e analisando o lugar da UFPR e dos sujeitos no PrInt/UFPR. Também discutimos as controvérsias dos posicionamentos ideológicos nos discursos do documento e diferentes formas de se abordar a língua e as práticas no dia a dia da internacionalização da universidade.

Concluimos que a linguística aplicada feita no Brasil, bastante pautada na relação epistemológica entre Sul e Norte Globais, caminha de mãos dadas com os estudos decoloniais feitos na América Latina. Como a própria linguística aplicada rompe com os seus próprios limites disciplinares, os estudos decoloniais são convidados a entrar e contribuir nesse campo de estudo das linguagens. Além disso, as políticas linguísticas e de internacionalização, em um contexto como o brasileiro (no Sul Global), deveriam ser pensadas a partir das epistemologias do Sul, representadas aqui pelos estudos em linguística aplicada brasileira e nos estudos decoloniais latino-americanos.

Por fim, desenvolver uma pesquisa de mestrado que perpassasse essas duas principais áreas de estudo e escrever um artigo que mostre como esse caminho foi traçado (percorrido, resvalado, tropeçado) são, de certa forma, convites a outras pesquisas na seara das políticas linguísticas, da internacionalização universitária e da decolonização do ensino superior.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes), a qual financiou parte do presente trabalho (Código de Financiamento 001).

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

AG: Conceptualização, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita – rascunho original; **ACSMB:** Conceptualização, Metodologia, Supervisão, Escrita – análise e edição.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, Philip G.; DE WIT, Hans. COVID-19: The internationalisation revolution that isn't. *University World News: the global window on higher education*. 2020. Disponível em: <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20200312143728370>. Acesso em: 23 out. 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. *The dialogic imagination*. Translated by C. Emerson and M. Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- BEELEN, Jos; JONES, Elspeth. Defining 'internationalization at home'. *University World News*, n. 393, 04 dez. 2015. Disponível em: <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20151202144353164>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- BRANDENBURG, Uwe; DE WIT, Hans. The End of Internationalization. *International Higher Education*, n. 62, p. 15-17, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ihe.2011.62.8533>. Acesso em: 10 jun. 2020.

- CALVET, Louis-Jean. *As Políticas Lingüísticas*. Florianópolis; São Paulo: Ipol; Parábola, 2007.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: GROSGOUEL, Ramón; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (ed.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 79-91.
- CELANI, Maria Antonieta Alba. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda C. (org.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 129-142.
- ENSLIN, Penny. HEDGE, Nicki. Decolonizing higher education: the university in the new age of Empire. *Journal of Philosophy of Education*, qhad052, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jopedu/qhad052>. Acesso em: 04 fev. 2024.
- FABRÍCIO, Bianca F. Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- FINARDI, Kyria R.; ORTIZ-ROJO, Ramón. A. Globalization, Internationalization and Education: What is the Connection? *International E-Journal of Advances in Education*, v. 1, n. 1, p. 18-25, 2015.
- FINARDI, Kyria. R.; GUIMARÃES, Felipe F. Internacionalização, rankings e publicações em inglês: a situação do Brasil na atualidade. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 28, n. 68, p. 600-626, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eaev.28i68.4564>. Acesso em: 23 out. 2020.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- GUIMARÃES, Felipe F.; FINARDI, Kyria R.; CASOTTI, Janayna B. C. Internationalization and Language Policies in Brazil: What is the Relationship? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 19, n. 2, p. 295-327, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201913553>. Acesso em: 6 jun. 2020.
- GUTH, Alencar. *O PrInt /UFPR em uma encruzilhada de discursos em políticas linguísticas, internacionalização e decolonialidade*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020.
- HUDZIK, John K. *Comprehensive internationalization: from concept to action*. Washington: Association of International Educators, 2011.
- KLEIMAN, Angela B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013.
- KNOBEL, Marcelo *et al.* Desenvolvimentos da internacionalização da educação superior no Brasil: da mobilidade acadêmica internacional à institucionalização do processo na universidade. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 672-693, 2020.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: GROSGOUEL, Ramón; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (ed.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 79-91.

- MASON, J. *Qualitative research*. 2. ed. London: SAGE, 2002.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais – projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2020a.
- MIGNOLO, Walter. The Politics of Decolonial Investigations. *Theory from the Margins*. Youtube. 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDEEbVcxmRU>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- MIGNOLO, Walter D. Introduction: Coloniality of power and de-colonial thinking. In: MIGNOLO, Walter; ESCOBAR; Arturo. *Globalization and the Decolonial Option*. London and New York: Routledge, 2010.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da; FABRÍCIO, Branca F. Por uma ‘proximidade crítica’ nos estudos em Linguística Aplicada. *Calidoscópico*, v. 17, n. 4, p. 711-723, 2019.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006a.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como lingüista aplicado. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006b.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Introdução: Fotografias da Linguística Aplicada brasileira na modernidade recente: contextos escolares. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (org.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Peru Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- RIBEIRO DA SILVA, Elias. A pesquisa em Política Linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 52, n. 2, p. 289-320, 2013.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- SCHIFFMAN, Harold F. *Linguistic Culture and Language Policy*. New York; London: Routledge, 1996.
- SHOHAMY, Elana. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. Abingdon: Routledge, 2006.
- SIGNORINI, Inês. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em lingüística aplicada. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda C. (org.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 99-112.
- SPOLSKY, Bernard. *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- UFPR - Universidade Federal do Paraná. *Projeto Institucional de Internacionalização*. Curitiba, 2018. Disponível em: http://www.prppg.ufpr.br/site/print/wpcontent/uploads/sites/101/2018/12/projeto_final_print_ufpr_apos_ajuste_orcamentario.pdf. Acesso: 01 fev. 2024.
- WALSH, Catherine. Estudios (inter)culturales en clave de-colonial. *Tabula Rasa*, n. 12, p. 209-227, 2010. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/396/39617422012.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.